

Recensão da obra “Viagem. Por escolas de Portugal.”

Nóvoa, A. (2026). "Viagem. Por escolas de Portugal". Porto Editora
[224 páginas, ISBN: 978-972-0-34131-0]

Jorge Ramos do Ó ⁱ
Universidade de
Lisboa, Portugal.

“O que me interessou, nesta viagem, foi perceber as metamorfoses de dentro, os processos internos de mudança das escolas. Todos os dias os professores se deparam com novos desafios. Não basta repetir o que fizeram no passado. As respostas educativas exigem um exercício diário de adaptação e de renovação. É esta a grande dificuldade, mas também a grande distinção, dos professores. Os alunos acordam-nos diariamente e colocam-nos perante a necessidade de novas abordagens e soluções” (p. 190)

Viagem. Por escolas de Portugal, o último livro de António Nóvoa (2026), é reflexo directo de um exercício singular face ao conjunto, de resto vastíssimo, da sua obra. Hoje, que já são passadas mais de quatro décadas desde que começou a publicar intensamente, Nóvoa toma-se, também ele, de um “fascínio” e de um “esforço” que tem acometido um pouco por todo o mundo gerações e gerações de educadores e pedagogos ao menos nos últimos 150 anos – o de conhecer “o que se faz nas escolas”, sobretudo o que nelas se “faz de diferente” (p. 17).

Logo nas primeiras páginas, avisa-nos que esta viagem se fez “sem preparação”, “sem roteiro” e “sem guião”. Tratou-se para ele de, simplesmente, “apenas estar, ver e ouvir” as pessoas; de “sentir o ambiente das escolas e falar livremente com alunos, professores, funcionários, directores e pais, nas salas de aula, nos gabinetes, nas salas dos professores, nos refeitórios, nos corredores, nos pátios”. E acrescenta: “O que me interessa são as histórias — pequenas, mínimas, desconcertantes. Espero que a viagem transforme o meu olhar. Sem exposição ao outro, não há conhecimento. Quero dirigir a atenção para a pequena coisa — um gesto, uma palavra, um encontro, um episódio, um detalhe, um desenho, um rosto... — e não para as grandes teorias ou programas. Aproveitar os imprevistos, os acontecimentos, ver no ordinário o

extraordinário. Ver para além da vista” (p. 11).

Nestes termos, *Viagem. Por escolas de Portugal* corresponde à possibilidade de um desapossamento o mais puro possível do seu autor, a uma experiência inédita no seu percurso académico. Aqui Nóvoa quer arriscar-se, pôr-se à prova. Assume uma condição tentante, saindo do seu domicílio, isto é, do seu cabedal de saber acumulado, para simplesmente se dar ao encontro. Procura um estar junto-ao-outro, a fim de (se) recriar-a-si próprio. *Este livro toma-se, assim, de um desígnio maior - o de nos devolver os efeitos de uma viagem de conhecimento no próprio viajante.*

Ora, os efeitos deste deslocamento dos seus territórios naturais – que são, no caso de Nóvoa, os da história da educação e da educação comparada, em que sempre tem trabalhado, e que o tornaram numa referência incontornável tanto em Portugal como no plano internacional – ficam, desde logo evidentes, quando anuncia que, ao contrário de tudo o que escreveu antes, “tudo neste livro é ficção”. Tenta de facto por em movimento um dispositivo de escrita que, de todo em todo, nunca exibira publicamente antes. Reconhece que, neste livro, faz apenas “inventar situações e histórias”, aproveitando-se de “indícios e impressões” nas escolas. Mas adverte-nos, ao mesmo tempo, que em *Viagem. Por escolas de Portugal* não relatará “situações concretas”, nem tão pouco “estudos de caso” (p. 13).

Adianta, ainda, que esta viagem lhe permitiu operar um outro movimento inédito. Mesmo sabendo-se que, à sua maneira, todos os escritos, inclusive os académicos, são, de algum modo, autobiográficos, Nóvoa assume que, para ele, este livro “é-o mais ainda”, confessando ao seu leitor: “aqui escrevo com a maior simplicidade de que sou capaz”; “descrevo as ‘coisas’ para falar das minhas perplexidades e inquietações”. E conclui – como que a dar-se conta de uma surpresa intempestiva que a mudança como sujeito da escrita lhe proporcionou esta situação nova – “este livro é um abuso!” (p. 13).

A natureza e o alcance do seu gesto fazem-me pensar que o processo de construção desta narrativa se aproxima de toda uma linhagem filosófica que vai de Spinoza a Nietzsche, esses dois príncipes da filosofia – *aquela linhagem que procura fazer do conhecimento o mais potente dos afectos*. Esta experiência parece ter criado as condições de possibilidade e fez de facto emergir a hipótese da ficção e de uma escrita de si no interior do académico que é, de facto, António Nóvoa. O que o leva a dizer, a dado momento, a afirmar que “escrever não é descrever, é pensar, o que nos obriga a pausar” (p. 11). É neste preciso sentido que a viagem se tornou aqui, a meu ver, *uma experiência que pôs à prova e que se destinou não apenas a mudar o carácter, mas a identidade mesma do viajante que, neste caso, se chama António Nóvoa.*

*

* *

A forma e a estrutura do texto deixam entrever que a estratégia utilizada foi a de que a experiência do encontro e do próprio conhecimento pudessem ser colocadas num plano de igualdade e de mútua intersecção. O livro tem duas partes, uma claramente central – denominada a *Viagem* – e que corresponde a 20 verbetes em que cada um deles ilustra um dia do itinerário, “ainda que misturando episódios e realidades de várias Escolas”; uma segunda

parte – que denominou *Depois da Viagem* - mais pequena, que reúne notas e apontamentos variados, que a própria experiência foi suscitando, procurando aí debruçar-se sobre “temas centrais do debate educativo” e, naturalmente, a apresentar um “balanço” do que foi dado conseguir ver e conhecer” (p. 13).

Cada verbete da primeira parte apresenta invariavelmente, nas suas primeira e segunda páginas, o caminho percorrido a cada dia, que surge desenhado no mapa de Portugal, seguido de uma palavra-chave ou conceito-disparador específico também para o dia respectivo. Cada uma das 20 palavras escolhidas é sucintamente apresentada a partir da sua etimologia e do seu significado imediato, expresso em dicionários da língua portuguesa, para, em seguida, Nóvoa fazer a sua problematização em pequenos ensaios que, em média, se desenvolvem ao longo de 7-8 páginas.

Verificamos assim que a palavra-conceito de cada verbete transporta um mínimo de conhecimento comum, como se essa bagagem, também ela mínima, permitisse criar um plano de igualdade entre visitante e visitados, uma vez que todos podemos dizer alguma coisa e discorrer a partir desse denominador comum. Um por um, os 20 conceitos escolhidos surgem para serem construídos e ganhar corpo a partir da experiência *in situ*, a partir do encontro. São também eles conceitos-a-caminho, modalidades de praticar a hospitalidade ao outro, de entrar em relação. À maneira de Gilles Deleuze, também nesta *Viagem. Por escolas de Portugal* “os conceitos são inseparáveis dos *afectos*, ou seja, dos potentes efeitos que têm sobre as nossas vidas, e dos *perceptos*, de novas maneiras de ver ou de perceber que eles nos inspiram” (Deleuze, 2016, p. 250). Só os conceitos, assim intuídos, permitem que uma geografia interior cresça e se desenvolva no diálogo com as pessoas e com o mundo no seu próprio estar-a-acontecer.

Descortinamos, no conjunto das duas dezenas de conceitos escolhidos, a intenção do autor em não permanecer fechado no interior do glosário que é investido sobre as instituições de ensino e os seus protagonistas. O objectivo central do livro é o de promover aberturas, estabelecer ligações e porosidades, tentando, desse modo, derrubar os muros em que a escola é tantas vezes não apenas vivida, mas também pensada e descrita. É certo que nessa vintena há vários conceitos que se diriam mais próximos da mundividência educacional em que o autor tem circulado – *Avaliação, Pedagogia, Autoridade, Formação, Inclusão, Intervisão, Autonomia, Profissional* –, mas é facto que os restantes, de resto a maioria, têm hoje uma ampla circulação e se originam em planos muito diversos dos debates acerca da mudança e dos futuros da nossa sociedade no seu conjunto. Eis a sequência dos restantes: *Colaboração, Encontro, Comunidade, Cooperação, Relação, Convergência, Convivialidade, Contracto, Território, Cidade, Ambiente e Digital*.

Com este outro aparelho conceptual, Nóvoa assume uma posição crítica face à nossa *actualidade*, tomando esta como zona de obscuridade. O campo educativo está, no seu entender, “saturado de textos e materiais com uma vulgata desinteressante, e até perigosa” (p. 181). O grande combate a fazer passa desde logo pelo combate às constantes narrativas anti escola que dominam os dias de hoje, nas redes sociais, nos espaços opinativos que capturam e vão esvaziando a possibilidade do debate aberto e da conversa informada.

Os discursos sobre educação são cansativos e excessivos. Ano após ano, década após década, repetem-se as mesmas palavras, frases e queixas. Tudo é dito com a certeza arrogante, e definitiva, da opinião. Sem conhecimento, sem ciência. Tudo é dito como se fosse uma novidade extraordinária, nunca antes vista nem pensada. Importa apenas encontrar um bom título. O resto é o facilitismo de quem fala daquilo que não sabe, nem quer saber. O triunfo nas redes sociais depende da capacidade de agradar. Ninguém retira dividendos do estudo ou da prudência. Só conta o espectáculo. Os novos «influenciadores» instalam-se contra a razão, a dúvida e o bom senso. Pedem à escola que combata o facilitismo que eles próprios cultivam. O guião é sempre o mesmo: isola-se uma citação ou um episódio anedótico, ridiculariza-se a situação, expõe-se a ignorância dos alunos, refere-se o seu péssimo comportamento, exalta-se a prática e os «práticos»... e tudo termina num apelo à ordem, à disciplina e ao rigor. (p. 179)

Em sentido inverso, Nóvoa quer imaginar a partir dos seus conceitos que apresenta como sendo a nossa contemporaneidade, quer dizer, assumir uma outra forma de encarar o seu próprio tempo, numa outra dimensão da crítica que, fugindo aos ruídos da actualidade e afastando-se dela, conseguirá ganhar distância para diagnosticar, encarar de frente os problemas, detectando pistas e caminhos já em processo de desenvolvimento. É dessa forma que acredita podermos ser efectivamente contemporâneos das exigências que a nossa época impõe. Contemporâneo é aquele que consegue ler a actualidade para lá do que ela inscreve. Nóvoa fala de uma “esperança instruída e cultivada” na leitura da realidade (p. 184). E não por acaso este livro surge no quadro de uma cátedra da Unesco que dirige, a partir do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, e se chama *Futuros da Educação*.

Estamos na fase dos começos, modestos, invisíveis, marginais, dispersos. Já existe, em todos os continentes, um fermento criativo, uma infinidade de iniciativas locais, no sentido da regeneração económica, ou social, ou política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou da reforma da vida. Estas iniciativas não se conhecem, não são levadas em conta pelas autoridades nem pelos partidos. Mas são o viveiro do futuro. É preciso que sejam reconhecidas, identificadas, comparadas, listadas e combinadas numa pluralidade de caminhos reformadores. São estas vias múltiplas que podem, desenvolvendo-se conjuntamente, combinar-se para formar a nova via, que nos conduzirá a uma metamorfose ainda invisível e inconcebível. (p. 178)

Ao longo do texto sobressai a intenção de observar, questionar e desafiar as instituições educativas a partir das estruturas que melhor identificam os níveis de participação cívica no espaço público, no quadro da urgente produção do comum e do desenvolvimento de múltiplas comunidades de diálogo que extravasam a escola. Destaque para a importância que dá às novas territorialidades e a outras relações com a cidade:

O espaço público da educação tem de ser uma esfera de discussão, mas também de deliberação e de acção. Não se trata apenas de ouvir os cidadãos, mas de os inscrever como parceiros num esforço educativo que pertence ao conjunto da cidade, da polis. Só assim conseguiremos criar novos vínculos e responsabilidades. A «público» acrescenta-se «comum», na medida em que este espaço assenta necessariamente num esforço de partilha, de participação e de decisão colectiva. Não é unificação a partir de um qualquer imaginário do mundo, seja local, nacional ou outro, mas antes abertura a práticas de colaboração e de cooperação. Comunidade é agir em comum. (p. 68)

A escola é escola, mas habita um território. Esta frase marca a identidade da escola, e a sua autonomia. O local não é apenas geografia, é presença e participação, acolhe diferentes posições e perspectivas (...). O que importa, hoje, é resolver este dilema: como construir uma ligação forte ao território, sem esbater a identidade e o trabalho da escola? (p. 54)

Realce também para a ideia de que a própria escola se pode ir repensando como um espaço que dedica mais atenção à complexidade do conhecimento e menos à reprodução mimética do saber. Ele questiona-se uma e outra vez sobre o que possa ser uma verdadeira pedagogia do trabalho, destinada ao compreender e ao aprender a fazer. Este, a meu ver, o problema fundamental que o livro coloca. O nosso tempo exige a generalização e a democratização do acto da criação a partir da vivência escolar de cada aluno. Para tal, Nóvoa identifica, no interior próprio espaço escolar, outras centralidades que já não são as da velha sala de aula.

O objecto da escola é de outra natureza. O seu desafio é a formação do espírito, o que exige trabalho, que é antes de mais trabalho sobre si mesmo. Não basta frequentar obras exaltantes. Precisamos de adquirir o domínio dos instrumentos que nos permitam criá-las, que nos permitam avançar no conhecimento ou aceder a formas sofisticadas de expressão. Precisamos de nos familiarizar com os meios capazes de fazerem de nós, numa palavra, actores da cultura. (p. 63)

Talvez seja uma coincidência, ou não, mas foi nas bibliotecas que assisti aos encontros mais inesquecíveis. São lugares onde outros acontecimentos podem ter lugar. É uma feliz realidade, porque sem livros não há educação. (p. 28)

O melhor passa-se, muitas vezes, fora da sala de aula. Há laboratórios bem equipados para o ensino experimental. A biblioteca é um lugar de referência: ‘É o espaço mais democrático da escola’.

Observo ainda que é dada uma atenção especial às questões sócio-emocionais e à participação dos alunos, através de assembleias e outras iniciativas. (pp. 148-149)

Insiste, e fá-lo várias vezes também, em sublinhar que a base da transformação que o presente nos parece anunciar é a da afirmação uma comunidade de diálogo, melhor dito, de uma pedagogia da cooperação, da participação e da convivialidade. A comunidade educativa forja-se na igualdade do trabalho e na intensidade que nele todos investem. Ela traduz por isso uma arte do encontro e uma comunhão entre inteligências em devir, que buscam e se buscam entre si.

Encontro com os outros. Num tempo de tantas ilusões tecnológicas, é justo reconhecer os esforços para aprofundar a «arte do encontro» como dimensão central da educação. Não basta reunir professores e alunos num mesmo espaço. A educação não acontece espontaneamente. É preciso construir as condições para que este encontro seja fértil e produtivo, sabendo que não há educação sem uma relação fecunda entre mestres e discípulos. A escola é um lugar artificial, uma invenção humana, um lugar de promessas. (p. 59)

A participação dá muito trabalho. Exige capacidade de escuta, justiça, respeito, democracia. A evolução dos seres humanos deu-se graças à cooperação. Em pedagogia, a cooperação é um dos conceitos mais antigos. (p. 84)

O trabalho cooperativo é, também, o melhor meio para não deixar nenhum aluno para trás, perdido nas últimas filas da turma. É difícil incluir todos os alunos quando, como professores, não reconhecemos o lugar próprio de cada um, a diversidade de ritmos, de interesses e de modos de aprender. É certo que os melhores professores têm a capacidade única de orientar toda uma turma e de transmitir os conhecimentos de maneira justa e inteligente. Mas só através de uma pedagogia do trabalho conseguiremos incluir todos os alunos, dando-lhes a oportunidade de terem verdadeiramente acesso aos conhecimentos e às experiências que fazem parte da realidade escolar. (p. 85)

A segunda e última parte do livro termina, naturalmente, com um balanço. Na linha do que fora desenvolvendo no texto as suas primeiras palavras neste ponto da narrativa explicitam uma urgência. Confirmou, ao longo da sua viagem pelos quatro cantos de Portugal, que é preciso “proteger, transformar e valorizar as escolas e os professores”, proteger “essa instituição “única e insubstituível que se chama «escola», em particular na sua dimensão pública”. Reafirma a tese segundo a qual “valorizar o presente é a única maneira de manter aberto o futuro. Não para o antecipar ou controlar, mas para assumir a incerteza e alargar o horizonte” (pp. 183-184).

No final da viagem é levado a reconhecer que ficou com a impressão de “uma estranha familiaridade”. É que “as escolas são muito diferentes, obviamente, mas, ao mesmo tempo, são muito semelhantes”. E pergunta-se: Será mesmo assim ou são os olhos que me enganam?” (p. 199). Do exposto na vintena de verbetes, afirma ter ficado com um misto contraditório de impressões. No fim impõe-se tanto a escuridão como as formas da luz; dir-se-á que é o que acontece sempre a quem quer ser digno do seu tempo. Também Nóvoa parece afirmar a necessidade de um terceiro olho, aquele que faça ver a vida para lá das aparências falsas e permita ficar efectivamente na posse do conhecimento de tudo quanto nos enfraquece e imobiliza.

Primeiro, o lado solar da escola e o que o surpreendeu pela positiva. As boas notícias referem-se ao “acolhimento dos alunos”, o que coloca a escola hoje como um espaço de seguro de hospitalidade, afastada da crescente intolerância que cresce fora dela. Nóvoa nota que “em praticamente todas as escolas”, assistiu “a gestos de atenção e de cuidado por parte de funcionários, directores e professores”. Verificou outrossim “um grande cuidado com os alunos em situação de vulnerabilidade, nomeadamente devido a condições de deficiência” (pp. 199-200). E o mesmo afirma quanto ao modo como os estudantes estrangeiros são recebidos.

Depois o lado difícil. E este não é de somenos. Prende-se fundamentalmente com o que António Nóvoa identifica como sendo a “inércia pedagógica” que se mantém hoje quase intacta, não obstante os discursos e as práticas que valorizam as novas tecnologias, a multiplicidade de recursos na sala de aula e de projectos. Nóvoa não deixa de reconhecer a este respeito “que o grande desapontamento, a grande dúvida que trago da viagem, é a incapacidade de renovação pedagógica por parte dos professores e das escolas”. E explica-se bem:

Se é verdade que há mudanças de grande significado, na sala de aula mantêm-se formas de trabalho bastante pobres e com pouco ânimo de mudança. Como se os professores não soubessem ensinar de outra maneira. Como se a reprodução do mesmo «modelo escolar» fosse a única possibilidade de sobrevivência em tempos confusos e turbulentos. Como se não houvesse energia nem condições para ensaiar novos processos de ensino e de trabalho nas escolas. (p. 202)

A principal ‘mudança’ parece ser a entrada abrupta das tecnologias na sala de aula, seja nos métodos de ensino dos professores, seja em diferentes formas de utilização pelos alunos. Os novos dispositivos são vistos como facilitadores do trabalho dos professores e, aparentemente, como mais interessantes para os alunos, sem uma análise séria sobre as consequências do seu uso inadequado. (p. 120)

Vou tentar dizer de outro modo o que senti: as escolas têm uma abundância de projectos (no plural), que enriquecem a sua missão cultural e social, mas uma ausência de projecto (no singular), em torno do trabalho escolar. Falta uma reflexão consistente e uma

acção coerente no eixo central da pedagogia. Como se tudo o que se passa fora da sala de aula fosse lugar de inovação e criatividade, mas dentro não houvesse possibilidade de qualquer mudança. É um diagnóstico duro, mas necessário, pois nele estão as causas da divergência entre a crença numa «escola para todos» (inclusiva, democrática) e a sua concretização. (pp. 202-203)

A esta coragem da verdade, segue-se um conjunto de considerações terminais em torno de “um novo contracto social da educação” para um “tempo de encruzilhada”. Essa renovação exige gestos do tipo daquele a que se propôs nesta viagem, mas vai naturalmente muito para além disso. Para Nóvoa, “a renovação do contracto social da educação é um processo complexo, que envolve o conjunto da sociedade”, mas que não poderá ser feito de “forma centralizada”. Na sua “base” ter-se-ão de identificar e partilhar “as incontáveis experiências que vão tendo lugar em todo o mundo”. É pois preciso “estudar, analisar e debater o que já se faz”. Ao mesmo tempo urge um “esforço maior de investigação, para produzir conhecimento que sustente os caminhos de transformação”. Mas nunca esquecer o que esteve na origem desta viagem: o de que é imprescindível “respeitar o papel e o lugar das escolas e dos professores, em vez de imaginarmos um ‘admirável mundo novo’ sem eles” (p. 215).

Talvez nestas *urgências-outras* António Nóvoa esteja a projectar para si também já *viagens-outras*...

REFERÊNCIAS

Deleuze, G. (2016). *Dois regimes de loucos*. São Paulo: Editora 34

Nóvoa, A. (2026). *Viagem. Por escolas de Portugal*. Porto Editora

i Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.
<https://orcid.org/0000-0003-1013-9244>
jorge.o@ie.ul.pt

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para:

Jorge Ramos do Ó,
E-mail: jorge.o@ie.ul.pt

Recebido em 07 de abril de 2026
Aceite para publicação em 09 de setembro de 2026
Publicado em 15 de setembro de 2026